



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XII - Nº 217 - DE 19 DE JUNHO A 02 DE JULHO DE 2001 - R\$ 1,00

**Contra o apagão e a taxaço:  
Fim das privatizações!  
Reestatizar as privatizadas  
sob controle operário!  
Nenhuma taxa ou imposto  
sobre os assalariados!  
Nenhuma demissão!  
Que os capitalistas  
paguem pela crise!**

**A crise do governo é sintoma do  
agravamento da crise capitalista.  
As condições são favoráveis à  
luta nacional de massa pela  
derrubada integral do plano  
de fome de FHC/FMI.  
A saída não é a via eleitoral,  
nem as CPIs fraudulentas.**

**Organizar a unidade  
dos oprimidos sob a  
estratégia do governo  
operário e camponês!  
A emancipação dos  
trabalhadores será  
obra dos próprios  
trabalhadores!**

**Bolívia URGENTE: Todo peio à lutarevolucionária!  
Liberdade às lideranças presas! Fim dos processos contra elas!**

# Quinzena de luta do movimento operário

Categorias retomam a luta diante dos ataques do governo e dos patrões. É preciso decretar as greves, unificando-as em um único movimento contra os ataques do governo e dos patrões.

Os trabalhadores têm saído às ruas contra os ataques do governo e dos patrões: o arrocho salarial, demissões, privatizações, crise de energia etc. São exemplos desta reação a greve dos portuários, transportes urbanos em vários Estados, dos policiais do Paraná e Tocantins, dos funcionários da Light no Rio de Janeiro, realizadas nos últimos meses, e a atual greve dos professores de Piauí e Aracaju.

No Estado de São Paulo, as categorias, sobretudo o funcionalismo público, também reagem. As direções sindicais, entretanto, insistem em manter os movimentos isolados. Por isso, é preciso que os trabalhadores exijam a unificação para constituir um amplo movimento grevista.

## Trabalhadores da Saúde decretam greve

Os trabalhadores da área da Saúde do Estado de São Paulo estão em greve desde o dia 11/06. Reivindicam plano de carreira com aumento de salário, revalorização do prêmio de incentivo, regulamentação da jornada semanal de 30 horas para o setor administrativo (os técnicos e enfermagem já tem essa jornada), extensão a aposentados dos benefícios dados aos trabalhadores da ativa e reajuste de cerca de 67%. Nos últimos 7 anos, a categoria não teve nenhum reajuste salarial, somente gratificações.

A diretoria do Sindsaúde, que representa 86 mil trabalhadores, no entanto, manobra pelo fim da greve com o argumento da possibilidade de conseguir algo do governo de Alckmin (PSDB). A base da categoria não deve ter ilusões em relação a uma negociação com este governo, ele segue os planos neoliberais de FHC. Já anunciou que não haverá aumento este ano, sobretudo porque tem de cumprir a "lei de responsabilidade fiscal".

É preciso manter a greve, fortalecendo os comandos, que devem ser engrossados com a participação da base da categoria. É necessário ainda radicalizar o movimento, adotando os métodos de ação direta (ocupações, bloqueios de avenidas etc.) e suspendendo os serviços de emergência e de entrega de medicamentos, que estão sendo mantidos, pois a idéia de que a população só apoia a greve se tiver atendimento faz com que os trabalhadores não realizem a greve de fato.

É fundamental ainda que a base da categoria insista na bandeira de unificação com os demais setores em luta. Não deve esperar que as diretorias sindicais e a CUT realizem esta unificação, pois estas diretorias petistas não querem se chocar com o governo, precisam manter as categorias no isolamento. Trata-se do setor mais avançado defender nas assembleias a unificação e denunciar a burocracia divisionista da CUT

## Carteiros aprovam indicativo de greve

Os trabalhadores da ECT aprovaram indicativo de greve com início para o dia 20/06, em assembleia realizada em 05/06. A categoria está em campanha emergencial, porque a situação de suas condições de trabalho é grave: a sobrecarga de trabalho chega a ponto de um carteiro caminhar cerca de 47 quilômetros em um dia, há falta de 4 mil funcionários nos correios de São Paulo, além da possibilidade de privatização da empresa, que fatalmente culminará em mais demissões. As reivindicações da categoria são: contratações imediatas, PLR, redução da jornada, manutenção de direitos e mudanças no plano de cargos e salários. Assim como acontece com outras categorias do funcionalismo (saúde, educação etc.), o governo ainda não abriu negociações.

A base da categoria não deve ter ilusões de que a abertura de negociações implicará em atendimento de suas reivindicações. O governo não vai arcar com gastos com salário. Daí a necessidade dos trabalhadores da ECT partirem para a luta, para a greve, aproveitando que demais setores estão saindo às ruas contra o arrocho salarial, demissões e privatizações.

## Metroviários: é hora de sair da defensiva e atacar o governo

A diretoria do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, primeiro, suspendeu a greve marcada para o dia 20/05, mantendo a categoria em "estado de greve" enquanto aguardava o resultado das negociações com a empresa e do pedido de intermediação feito ao parlamento burguês. Mais recentemente, suspendeu a greve marcada para o dia 05/06, pois aceitou a sentença do TRT de reajuste sa-

larial de 7% e produtividade de 4%.

Até agora, a direção abriu mão da reivindicação inicial de 7,74% de reajuste, 4,14% de produtividade e, principalmente, 7,86% de reposição de perdas salariais acumuladas no período de maio de 1999 a abril de 2000, que o TRT não "concedeu". Além disso, tem descartado a greve como método de luta mais eficaz.

A direção majoritária (PCdoB/PT) manobra com ameaças de greve e depois dispersa o movimento, deixando os trabalhadores a mercê da justiça patronal.

Os metroviários precisam superar as direções burocráticas que há meses adiam a única forma de luta que podem colocar os metroviários no caminho da vitória: a greve.

## É preciso construir a unificação concreta das categorias em luta

As bases das categorias que têm saído às ruas contra o arrocho salarial, demissões, privatizações, crise energética etc., precisam antes de mais nada decretarem a greve por tempo indeterminado para se oporem aos desmandos do governo e dos patrões. Precisam ainda exigir que as direções sindicais burocráticas, principalmente da CUT, unifiquem a luta dos trabalhadores numa grande mobilização grevista, com a realização de assembleias conjuntas e com comandos únicos eleitos e compostos pelas bases das categorias.

As direções sindicais costumam afirmar que não é possível a unificação dos vários setores, porque as pautas de reivindicações são muito diferentes. Na verdade, essa diferença só existe porque estas direções só sabem reivindicar miséria. As reivindicações que interessam a todos os trabalhadores são as mesmas e em torno delas pode-se realmente promover um grande movimento grevista:

- Salário mínimo vital de R\$ 2.000,00;
- Reposição de todas as perdas salariais;
- Escala móvel de salário, de acordo com o custo de vida;
- Escala móvel de horas de trabalho, para gerar emprego a todos e redução da jornada de trabalho;
- Abaixo o governo corrupto, de fome e miséria.

# Quinzena de luta do movimento camponês

## O MST MOSTRA O CAMINHO CORRETO DA LUTA: AÇÃO DIRETA

Na semana passada, os integrantes do MST ocuparam a sede do INCRA, em Recife, para exigirem agilidade nas vistorias de áreas improdutivas, andamento dos processos e liberação de recursos para os assentamentos. Tais integrantes são membros das cerca de 300 famílias acampadas em terras da Usina Jabotão, a qual está paralisada desde 1995 ainda em processo de negociação.

No dia 14/06, cerca de mil famílias do MST ocuparam novamente a fazenda Chão de Estrelas, do presidente do Senado, Jader Barbalho, em Aurora do Pará, a 200 quilômetros de Belém. No dia 15/06, mais 500 famílias haviam engrossado o movimento, que se deu por causa dos escândalos envolvendo Jader (suspeita de venda de Títulos da Dívida Agrária - TDAs), e devido ao INCRA não ter cumprido o acordo feito no mês passado, quando os sem-terra haviam ocupado pela primeira vez esta fazenda. O

INCRA está oferecendo áreas distantes da rodovia principal, o que prejudicaria o escoamento da produção agrícola, já que os sem-terra não possuem recursos para a mesma.

Em suas lutas, o MST acerta em recorrer ao método da ocupação, que é próprio dos trabalhadores e se choca com a existência da propriedade privada dos meios de produção. Mas, o movimento se pauta por reivindicações legalistas, confiando no INCRA, o qual foi criado pelo governo com a função de amortecer a luta de classes no campo, fortalecendo a ilusão de que a Reforma Agrária é possível pela via institucional.

Somente os exemplos da ação do INCRA quanto a ocupação da fazenda Chão de Estrelas deixam claro esta sua função. O INCRA havia prometido no mês passado realizar uma avaliação da fazenda, o que fez com que os sem-terra levantassem acampamento (aceitando acordo).

Agora o INCRA diz que a fazenda é produtiva. E mais: não negociará com os sem-terra, porque de acordo com medida provisória não negocia com "invasores".

O MST deve retomar o método de ocupações simultâneas em todo o país. Não recuar diante das ameaças do governo de que "a porteira para a reforma agrária está aberta, portanto, não é preciso pular a cerca", isto é, ocupar. O governo não realizará a reforma agrária, pois não se chocará com os interesses monopolistas de concentração de terras dos latifundiários. A dita "reforma agrária" pela via institucional só faz aumentar a corrupção, beneficiando quadrilhas que se aproveitam das "indenizações" que o governo paga aos ladrões, verdadeiros invasores de terras.

É necessário que as assembleias discutam não só a ocupação mas o programa de expropriação global dos latifúndios, o que implica assumir a luta por um Governo Operário e Camponês

## Os patrões se aproveitam do pretexto da crise de energia para aumentarem as demissões e adotarem outras medidas de superexploração dos trabalhadores

### O quadro abaixo mostra a necessidade da luta contra as demissões e o desemprego

As empresas não arcarão com o custo da crise, ampliarão as demissões

A **Sasazaki**, indústria de esquadrias metálicas de portas e janelas de Marília, demitiu 273 dos 1.550 trabalhadores, isto é, 18% do total de funcionários. Além disso, cortou 20% nos salários de executivos e extinguiu o turno da noite. A intenção da empresa era demitir 330 funcionários. Tudo isso, "para economizar energia".

Esta é também a alegação da **Industrial Levorin**, de Guarulhos, produtora de artefatos de borracha (pneus e câmaras de ar) para motos e bicicletas, que demitiu 150 dos 1.500 trabalhadores, reduzindo a jornada de trabalho semanal. A empresa mantinha a produção ininterrupta através do rodízio de funcionários, com uma jornada de 44 horas semanais e dois dias de descanso. Agora a semana de trabalho vai de 2ª a 6ª feira. Se o governo não considerar a empresa como indústria de autopeças (que deve atingir a meta de 15% de redução de energia e não de 20%) ela pretende chegar à demissão de 250 funcionários.

A empresa **Condupar Condutores Elétricos**, fabricante de condutores e cabos para eletrodomésticos, demitiu 70 trabalhadores e fechou a fábrica de Itatiba, com

2 anos de existência, para concentrar a produção em São Bernardo do Campo.

A **Villares**, de Pindamonhangaba, demitiu 50 funcionários e admite que poderá demitir mais 20 dos 1.700 funcionários até o final do mês de junho. A empresa decidiu desativar o setor de aciaria e de laminação aos domingos, o qual funcionava ininterruptamente.

A indústria de lâmpadas, **Osram**, de Osasco, demitiu 53 funcionários. A **Tigre**, fabricante de tubos e conexões, de Rio Claro, demitiu 60.

Segundo a Federação dos Empregados em **Asseio e Conservação** no Estado de São Paulo, cerca de 2.000 trabalhadores do setor foram demitidos devido a suspensão dos serviços de limpeza noturna nas empresas privadas. Os demais 400 mil trabalhadores estão dependendo dos órgãos públicos federais manterem seus contratos com as empresas de conservação, já que 60% do serviço que prestam são para estes órgãos.

De acordo com o Sindicato dos **Comerciários** de São Paulo, aproximadamente 1.000 trabalhadores do setor foram dispensados de março até 12/06. Isso considerando-se apenas as homologações feitas pelo sindicato. Os patrões, sobretudo

os lojistas de shoppings centers, querem reduzir os salários e a jornada de trabalho para economizarem energia.

Na **região do ABC**, pesquisa do Dieese revela que a taxa de desemprego de abril foi 18,2%, perfazendo um total de 223 mil desempregados (3 mil a mais que no mês passado, cuja taxa de desemprego foi de 18%).

A **General Motors**, anunciou que poderá transferir parte da produção (gerando mais demissão) para a Argentina se não conseguir manter o volume da produção, "do qual não pode abrir mão", por causa do racionamento de energia. Só não transferiu ainda e nem transfere toda a produção, porque devido ao câmbio, o preço do carro na Argentina sai mais caro.

A indústria de chuveiros, **Cardal**, instalada em Bom Retiro, anunciou 50 demissões em 01/06, devido a decisão do governo de aumentar a alíquota de IPI sobre este produto (de 10% para 15% ou 40%, conforme a potência do mesmo). Suspendeu as demissões até o governo dar uma resposta sobre a revisão deste aumento da alíquota, a qual ameaça no setor todo cerca de 3.500 empregos. Pois, as empresas ameaçam cortar 50% dos funcionários.

## Patrões tiram vantagens da situação de crise

A **Volkswagen**, de São Bernardo do Campo, com 16.300 trabalhadores, queria aproveitar o problema da crise de energia para renovar o acordo de 1998, que prevê semana de 4 dias; já que a empresa pode reduzir a jornada em até 15% em caso de “grave crise econômica” comprovada e reconhecida por ambas as partes. Os trabalhadores rejeitaram a renovação do acordo “anti-crise” em assembleia realizada em 06/06.

Tal acordo já permitiu que VW mantivesse a jornada de 4 dias durante aproximadamente 2 anos, ampliando-a através de convocação de trabalho extra aos sábados, quando pretendia aumentar a produção, como estava fazendo este ano. A empresa alega que o salário não sofre redução com este tipo de acordo porque é completado pela PLR e por um Delta, só que nem um nem outro fazem parte do salário, a PLR é dada uma vez só e parcelada e o carro normalmente é sorteado para um trabalhador por sábado. Para reduzir a energia, em São Bernardo do Campo, a empresa suspendeu a produção prevista para 3 sábados e pensa em férias coletivas.

Na unidade de São José dos Pinhais (PR), a empresa decretou férias coletivas, a partir do dia 25/06. A empresa diz que embora a fábrica em questão esteja fora das áreas que devem realizar o racionamento de energia, a interrupção da produção faz parte do “esforço conjunto” da VW poupar energia. Na verdade, a empresa já queria reduzir a produção nesta unidade, que no final de janeiro apresentava pouca previsão de exportação e, conseqüentemente, de produção. Chegou a anunciar a demissão de 350 trabalhadores desta unidade neste período.

Desta forma, a empresa utiliza a crise de energia para reduzir a jornada de trabalho no Paraná, como já queria fazer desde o início do ano, e poderá utilizar ainda como pretexto para as demissões que pretende continuar fazendo nesta região. Por outro lado, poderá impor o acordo “anti-crise” aos trabalhadores da unidade de São Bernardo do Campo e demais unidades, como já fez também no início do ano quando queria implantar o trabalho extra aos sábados, pois ela não irá arcar com uma redução de jornada sem redução de salário, ainda mais com a ameaça de não conseguir cumprir sua meta de produção prevista para este ano.

Há outros exemplos de como as empresas jogam os efeitos da crise para os trabalhadores. A **Nestlé**, com 12 mil trabalhadores e 20 fábricas por todo o país, tem aproveitado a paralisação de máqui-

nas, durante os intervalos de fornecimento de energia, para serviços de manutenção e limpeza, feito é claro, pelos trabalhadores, os quais acabam desta forma acumulando funções e sendo mais explorados ainda.

A **Metafil**, de Campo Limpo, aumentou o horário do jantar de 1 para 3 horas (das 17h30 as 20h30), para poder desligar as máquinas no horário de pico (onde o gasto de energia na cidade é maior). Além dos funcionários ficarem com este horário comprometido – nem estão livres para fazerem outra atividade e nem podem encerrar logo o expediente –, as 2 horas a mais no horário do jantar, “pagas” pela empresa serão descontadas das 8 horas do dia de “folga”, onde só será feito o pagamento de metade do dia.

A **SST Engenharia e Construção**, para aproveitar a “luz natural” faz os funcionários estenderem a jornada, de 7h as 17h, até quando há “luz natural”. Para aproveitar a luz natural também, a empresa **Rod-Car**, que produz carrinhos de supermercados, em Guarulhos, vai antecipar o início da jornada de trabalho. Em agosto, por exemplo, quando o dia clareia mais cedo, a entrada será as 06h30.

## Os sindicatos e centrais sindicais não organizam os trabalhadores para responderem ao problema da crise de energia.

Diante do desemprego e de medidas de superexploração dos trabalhadores por conta da crise de energia, a CUT, a Força Sindical, a CGT e outras direções sindicais têm buscado alternativas para combater a “incompetência” do governo de FHC.

A Força Sindical, logo que a crise se anunciou, correu a apresentar proposta, que preparou juntamente com CGT. Participantes da Câmara de Gestão da Crise de Energia, chegaram a propor até mesmo que o governo financiasse a compra de equipamento solar e interruptores inteligentes para as empresas. A CUT dizia que não participaria da Câmara de Gestão, porque não queria administrar os efeitos de uma crise causada pelo governo. As três centrais sindicais, entretanto, agora fazem parte da Câmara da Sociedade Civil, que reúne além delas: empresários da FIESP, Associação Comercial e Bolsa de Valores.

Chamada de “ministério do apagão 2”, a Câmara da Sociedade Civil, na primeira reunião realizada no dia 06/06 buscou chegar a um consenso sobre medidas que amenizem o impacto da crise de energia sobre a produção e o emprego. Na segunda reunião, realizada em 13/06, decidiu que seria recomendado às empresas filiadas as entidades patronais que “evitem demissões” durante o racionamento de energia e antes de efetua-las “negociem

com os trabalhadores”. A Câmara ainda solicitou uma audiência na próxima semana com o governo do Estado de São Paulo para cobrar medidas que contribuam com a economia de energia. Foi dito, por exemplo, que o governo de São Paulo deve usar as empresas de geração e transmissão de energia que tem para aumentar a oferta da mesma. Na próxima reunião (dia 20/06), a Câmara pretende elaborar um documento com propostas consensuais sobre produção, emprego e impostos, que será entregue ao governo federal.

Estas centrais sindicais desconsideram que o racionamento de energia imposto pelo governo, na verdade, consiste em um pacto de medidas que visam descarregar a crise sobre os trabalhadores. De um lado, como vimos, os trabalhadores perdem o emprego ou são superexplorados por conta da crise. De outro lado, eles é que deverão reduzir o consumo, terão aumento nas tarifas e sofrerão cortes. Pois, dificilmente conseguirão reduzir 20% do consumo de energia, já que a economia eles fazem ou gastam pouco. Trata-se assim, de mais um confisco sobre os assalariados.

As centrais sindicais “criticam” a privatização do setor elétrico e a redução de investimentos, mas se aliam a burguesia como se ela não tivesse nada a ver com a crise. Foi a burguesia quem comprou as empresas estatais jogando com o fornecimento de acordo com seus interesses de lucro. E é a burguesia que se protege da crise repassando aos preços dos produtos, reduzindo os salários e demitindo os trabalhadores.

A culpa da crise de energia é do governo e também da burguesia. Não podemos esquecer que o governo é burguês, visa atender aos interesses da burguesia. Esta última está aproveitando o pretexto da crise e a disposição das centrais sindicais de promoverem a conciliação de classes para implantar a “flexibilização” das relações de trabalho. Tanto a burguesia e o governo são aliados, que o ministério do Trabalho e Emprego está remetendo um projeto de lei ao Congresso para modificar as leis trabalhistas no sentido de garantir que empresas e trabalhadores possam definir a redução da jornada semanal de trabalho. Isso sob a alegação de querem evitar demissões.

Não há outra saída para a crise senão a mobilização nacional (greve geral) pelo fim das privatização, reestatização de todas empresas já privatizadas e controle operário da produção.

- **Nenhuma demissão.**
- **Nenhum aumento tarifa.**
- **Não ao corte de energia elétrica**

# Os trabalhadores devem virar as costas para a corrida eleitoral

Levantar as bandeiras de luta: salário e emprego. Fora com o apagão  
Rechaçar o governo corrupto. Denunciar o parlamento como antro de ladrões  
Organizar a luta operária, camponesa e estudantil

Os partidos, principalmente a oposição reformista (PT), procuram canalizar o descontentamento da população para a perspectiva eleitoral de 2002. O governo FHC está em frangalhos.

A coligação PSDB/PFL/PMDB transformou-se em palco de denúncia de corrupção uns contra os outros. Todos estão envolvidos em desvio de dinheiro, roubo, falcatruas etc.

Os choques no interior da tríplice aliança - entre os três maiores partidos da burguesia - indicam a disputa, visando as eleições. Uma ala pretende manter a coligação e outra dissolvê-la para que tenham candidaturas próprias. Por detrás das divergências eleitorais e das denúncias, está o esgotamento da diretriz econômica do governo FHC, que aumentou a dependência do país ao imperialismo, esmagou a vida da maioria e acumulou elementos de uma crise futura maior que as anteriores.

A falência do governo de coalizão trouxe uma tremenda confusão nas fileiras da burguesia, expressa no processo de desmoronamento da estabilidade interpartidária e internamente em cada um dos grandes partidos. Não se sabe ainda se triunfará os defensores de candidatura única da coligação ou se esta se espatifará em cada um para si.

O núcleo governamental procura golpear as "rebeliões" latentes, como a de Itamar Franco, Antônio Carlos de Magalhães etc. O fator de coesão mais significativo se encontra no receio de que desta vez a oposição pode tirar mais proveito da crise governamental. Mas ligado a este fator está a desmoralização do governo FHC e da coligação.

As tendências da crise econômica voltam a ocupar a situação política. A apre-

ensão da burguesia dirige-se ao perigo dos explorados levantarem suas reivindicações e se chocarem nas ruas com o governo.

## O PT lança-se como alternativa à crise governamental

Os dirigentes petistas estão mais confiantes nas possibilidades eleitorais. Constatam os desastres da coligação PSDB/PFL/PMDB. Detectam o asco da população à corrupção. Mas sabem que isso não basta. É preciso ganhar apoio de uma parcela da burguesia, que inclui o grande capital. Se os capitalistas superarem momentaneamente a desagregação da aliança, convergirem para uma candidatura da situação, poderão reverter as possibilidades do PT. Em última instância, o poder econômico sempre decide a sorte dos partidos enquadrados na ordem democrática dos exploradores e algozes dos trabalhadores. O PT já se configurou como um desses partidos. Vem demonstrando essa condição através de governadores, prefeitos, parlamentares e por sua atuação sobre os sindicatos. No entanto, precisa beijar as duas mãos dos donos da economia e do país. Para se aproximar desse sinal de fidelidade, lançou um esboço de programa econômico que preserva integralmente os interesses dos credores internos e externos. Esse é o ponto central de qualquer diretriz burguesa: sustentar a interdependência com as potências e favorecê-las em seus interesses parasitários.

## Lutar contra a canalização do descontentamento popular

Os partidos procuram prender a atenção dos trabalhadores em torno da prepa-

ração eleitoral, como se a solução dos problemas dependesse das eleições presidenciais.

O papel mais destacado nesse objetivo burguês cabe ao PT. Comparece como uma alternativa ainda não experimentada. E pode alimentar as ilusões democráticas entre os pobres e famintos de que um novo governo honesto, com boas intenções e de vocação popular terá como retomar o desenvolvimento econômico, reduzir o desemprego, melhorar os salários, proteger os pequenos agricultores, avançar os assentamentos de sem-terra etc. Isso quando ao mesmo tempo se compromete com o capital financeiro manter os contratos parasitários das dívidas interna e externa.

Trata-se de uma saída para o antagonismo de classe, de forma que o proletariado, camponeses pobres e classe média arruinada renunciem à luta de classe, ao método grevista, ocupações, e que apoiem um governo dito "democrático e popular". Um exemplo: o governo FHC acaba de lançar as medidas antipopulares do "apagão". O que faz o PT? Reclama da competência, diz que não se deve aumentar as tarifas para os pobres etc. Mas com que finalidade? Para convocar a população a um novo governo.

São tantos os problemas dos trabalhadores, no entanto a CUT e sindicatos sob seu controle mantêm-se passivos, não organizam um movimento unitário e nacional contra o governo pró-imperialista e antipopular.

Todos estão enfileirados na disputa eleitoral a um ano do pleito. É necessário combater a fraude do reformismo com as reivindicações dos explorados e com as formas de luta independentes e próprias da classe operária.

## FHC diz uma verdade

O Presidente da República declarou a um jornal inglês (Financial Times) que sua obra será preservada pelo próximo governo, não temendo uma revisão caso o PT ganhe as eleições. Esclareceu que o PT já não é mais radical. Poderíamos traduzir por amansado.

A segurança de FHC quanto à manutenção de seus feitos pelo PT pode parecer que pretendeu acalmar os credores, para que não modifiquem sua conduta nesse difícil momento. Tal necessidade política deve existir, mas não contraria a convicção de que de fato o PT está adaptado à política burguesa. E pode ser que venha a compor mais à

frente com o próprio PSDB, com quem os dirigentes petistas sempre sonharam se unir.

Eis uma das declarações significativas de FHC: "Nossas diferenças com o PT são mais em relação a disputa de poder do que sobre ideologia". Esta afirmação é verdadeira. Ideologicamente são expressões políticas da classe burguesa. O que também quer dizer antagônicas ao proletariado, cuja ideologia expressa o socialismo científico (comunismo).

O deputado Aloizio Mercadante, responsável pelo programa econômico do PT, um pouco antes, procurou dar a mesma segurança aos banqueiros inter-

nacionais. Explicou que "apesar de querermos mudar o modelo deste governo, assumimos que vamos trabalhar com as restrições macroeconômicas que são a vulnerabilidade cambial, fiscal, financeira e inflacionária." Resumindo: Mercadante promete aos banqueiros que o PT continuará com a diretriz imposta pelo FMI no que tem de essencial. Possíveis adaptações na política econômica não afetarão os interesses do imperialismo.

Pelo menos uma vez, FHC foi sincero com o PT. No futuro, poderão necessitar darem-se as mãos para enfrentar a crise capitalista e combater a revolta das massas.

## Denúncia contra a LBI

Ex-militantes da LBI acusam essa seita de roubar dinheiro do DCE da Universidade Federal do Piauí e de ser difamadora. Diz: "Logo após as eleições para o DCE da UFPI, a direção da LBI pensava encontrar nas contas da entidade os R\$9600,00 declarados pelo PSTU. Caso houvesse esse dinheiro o Comitê Central havia orientado que deveria ser sacado R\$3000,00 para cobrir os débitos da campanha". Segundo os ex-militantes, a partir daí tornou-se impossível a convivência com esse grupelho. As divergências não impediram que a LBI se apossasse do dinheiro do DCE. "Entretanto, quando recebemos a conta da entidade havia apenas R\$439,00. Deste mísero trocado, a LBI resolveu sacar R\$400,00 conforme comprovado em extrato bancário do primeiro dia de nossa gestão (27/11/2000)". O documento, em seguida, denuncia que os recursos que foram entrando para o DCE caíram "na conta do partido". Como se vê, mais dia menos dia, os impostores são expostos à luz do dia.

### O POR já havia alertado a militância sobre a má conduta da LBI

Assim que se formou a LBI - uma cisão do PCO - o POR a caracterizou como oportunista por não fazer uma crítica estratégica à organização de onde era proveniente. Carregava consigo a bandeira de "governo dos trabalhadores", que esconde o conteúdo de classe e se adapta ao eleitoralismo. Essa nossa crítica foi o suficiente para a LBI nos atacar com a mais suja arma: difamou-nos como agentes da

polícia. O POR exigiu comprovação e desmascarou os impostores diante da vanguarda militante. Com difamadores, não admitimos nenhum tipo de relação.

### Divergência sobre como dirigir os sindicatos

Acusamos a LBI de apregoar o direito do partido desviar dinheiro dos sindicatos. Defendemos que somente a assembléia poderia destinar recursos fora do uso previsto pelas atividades sindicais. O partido não pode se apossar do dinheiro em outras condições. Estaria roubando os sindicatos. A LBI pôs por escrito sua divergência com o POR, defendendo os sindicatos como "apoio político e material". O termo político serviu para disfarçar o verdadeiro sentido da divergência que está na forma lacônica de "apoio material". Agora, são seus ex-militantes e dirigentes do DCE que acusam a corrupção da LBI.

### Um dever dos ex-militantes da LBI

Em seu documento (só tivemos acesso à segunda parte), os acusadores da LBI têm consciência do combate que tivemos a essa seita degenerada. Chegam a citar uma passagem dos ataques da LBI contra o POR referente à relação do partido com o dinheiro do sindicato. Se não conhecem toda a extensão de nosso confronto com a LBI, têm agora a obrigação de conhecê-la. Como militantes da LBI são também responsáveis. Estão obrigados a fazer

 **Polêmica**

uma revisão autocrítica de sua militância. No essencial, acreditamos que sabiam da conduta gangsteril da LBI através do combate do POR. No entanto, não conhecemos nenhum de seus pronunciamentos a esse respeito, a não ser agora a utilização de uma passagem de nossa incompatibilidade com a LBI.

### O partido de Gamboa (Argentina) e a Fração Trotskysta (Brasil) sabiam de tudo

O documento de acusação a LBI foi publicado no Jornal "Vanguarda Proletária" (da Fração Trotskysta). É preciso que se diga que esse grupo está vinculado ao partido de Gamboa, renegado do trotskismo. Tanto um quanto o outro participaram do combate que tivemos contra a difamação da LBI e sua política antimarxista. Estiveram do lado dos difamadores e dos defensores de que poderiam saquear os sindicatos. A passagem citada pelos ex-militantes da LBI é de inteiro conhecimento de Gamboa e da Fração. Mesmo que tenhamos provado as falsificações da LBI, esses grupos continuaram com seu objetivo de unificação, até que as contradições internas e os interesses aparelhistas explodissem a boa vizinhança. Chama atenção o fato dos ex-militantes da LBI permitirem publicar seu documento em um jornal que acobertou as mentiras, difamações e a política de seita da LBI. Se estão sendo sérios no combate a LBI, esses ex-militantes têm a obrigação de denunciar também aqueles que foram coniventes com a LBI no trabalho de difamação do POR.

## Fortaleza

# Corrente proletária estudantil organiza debate sobre apagão

Nos dias 02 e 09 de junho o POR e a Corrente proletária estudantil organizaram o debate - Apagão: instrumento para descarregar a crise sobre os trabalhadores. Foram discutidos pontos como: a caracterização da falência do setor elétrico como expressão da crise capitalista que visa destruir forças produtivas, o papel das privatizações no

agravamento da crise a exemplo da desobrigação nos contratos de venda das estatais de responsabilidade de novos investimentos, o corte de investimento estatal que seguiu à risca os planos do imperialismo (FMI) para manter o parasitismo internacional. As conseqüências: queda do PIB, aumento da inflação, desemprego mais fome e mi-

séria. Finalizou-se discutindo a resposta do governo à crise, o papel de prostração do PT, PC do B e demais correntes (direções sindicais e populares) visando garantir a governabilidade de FHC até as eleições de 2002 e a necessidade de organizar um movimento nacional contra o governo e o racionamento.

# Prefeito Juraci (PMDB) destrói a escola pública em Fortaleza

A reforma educacional que se tornou moda em todos os lugares só tem um sentido: reduzir os gastos do estado. Assim exige os governos imperialistas e assim o fazem os lacaios nacionais e locais. Esse é o caso do prefeito corrupto Juraci Magalhães (PMDB).

A municipalização trouxe mais problemas ainda para a educação municipal. Desde o ano passado são dezenas de escolas não construídas, o que ocasionou

ou o atraso no começo do ano letivo em 2001.

Desta vez são os professores concursados que, além de baixos salários, suportam os atrasos injustificados dos salários. Ao todo 40% dos professores estão sem receber desde 05 de março.

Por último, os vereadores eleitos exigiram a saída dos funcionários com contrato temporário das escolas. O objetivo:

indicar outros 60 nomes que cada um "tem direito".

O Sindiúte (sindicato dos professores) não tem sido conseqüente nas lutas organizadas, e sequer tem informado as escolas das assembleias, atos e manifestações da categoria. É preciso construir um fração revolucionária nos professores que defenda um programa anticapitalista e da escola vinculada à produção social.

## Ceará Mirim/RN

# Trabalhadores em educação entram em greve e a prefeita Ednólia Melo (PSDB) ameaça cortar o pagamento

Os trabalhadores do município de Ceará-Mirim não aguentam mais a administração da prefeita Ednólia Melo, que continua com os mesmos ataques aos serviços públicos.

Na saúde, a população não conta mais com assistência médica. O hospital ainda não foi reaberto, apenas funciona uma maternidade para atender o município e os outros vizinhos. Sem dizer que os servidores estão com os salários atrasados.

Na educação, a prefeita extinguiu turnos de aula, superlotando salas e obrigando professores a ficarem com turmas de 50 alunos. Falta merenda escolar, material didático e o salário é uma vergonha. O professor de nível médio recebe R\$193,53 de salário base, chegando aos miseráveis R\$270,00 com gratifi-

cações. A não incorporação das gratificações e o fim do Fundef deixarão os professores somente com apenas o salário base. Ceará-Mirim é a 3 cidade do Estado que mais arrecada verbas do Fundef, no entanto, não se difere das demais, que forjam matrículas e desviam dinheiro da educação.

O Sinte-Ceará Mirim tem em sua direção o POR. E já tentou 5 negociações salariais com a prefeita. No entanto, a Sra. Ednólia não apresentou nenhuma proposta concreta de reajuste. Assim, não houve outra alternativa senão sair à greve. Os trabalhadores responderam com 98% de paralisação.

A prefeita prontamente respondeu com ameaças. Publicou nota no jornal e um carro de som comunica à população da cidade as ameaças de

corte de pagamento e demissão aos grevistas.

Os pais e alunos têm apoiado a greve. Esse é o caminho para derrotar a política de destruição da escola pública. Para isso, a formação de comando grevista unificado com pais e alunos e a unidade com os outros setores de servidores são decisivos para a vitória do movimento.

A assembleia aprovou um piso de R\$1000,00, a incorporação das gratificações, abertura de escolas e salas de aulas, concurso público para que seja suprida a falta de professores e merenda escolar. Enquanto os professores entendem ser possível pagar um piso de mil reais, a prefeita propõe uma miséria de 15% de reajuste sobre o salário base. O que não significa nada.

### **Dever da direção do Sinte: chamar a greve no Estado**

A situação dos servidores do Estado não é diferente. Porém, a burocracia do Sinte/RN (PT/PCdoB) enrola os educadores com as demagogias dos parlamen-

tares reformistas.

Ao invés e correr atrás de deputados, é tarefa da direção convocar assembleia e defender a greve no Estado. Unificar a greve do município de Ceará Mirim com a de todo o Estado. Constituir um único movi-

mento grevista contra a reforma privatista de educação e o arrocho salarial.

Exijamos assembleia já! Unidade grevista para derrotar os governos! Pelo atendimento das reivindicações! Nenhuma punição aos grevistas!

## **Entrevistas do militantes do POR e dirigente da greve ao Jornal O Grande Natal**

A greve iniciada no dia 7 conta com 98% de paralisação. São 13 mil alunos, 500 servidores entre professores, auxiliares de serviços gerais e agentes administrativos.

Sobre o encontro com o secretário **Aldo Medeiros** e pela secretária da educação, **Margarida Lima**

O militante diz assim: "A greve foi aprovada em assembleia porque a prefeita Ednólia Melo não apresentou propostas concretas para as reivindicações. A comissão de negociação teve, no dia anterior, com secretário geral Aldo Medeiros. Ele ficou na mesma conversa e nós dissemos que quando eles tivessem propostas concretas sobre o pagamento do atrasado e o reajuste procurasse o Fórum".

Sobre a greve na educação

Diz: "A greve do pessoal da educação está tendo êxito absoluto, configurando na paralisação de 98% das escolas do município. Uma única escola - a Augusto Meira - na cidade, está funcionando parcialmente. Nas demais a adesão é total".

E as reivindicações?

Afirma: "O movimento grevista foi declarado na quinta feira, dia 7, para respaldar uma reivindicação encaminhada a prefeitura no sentido de que os professores tenham incorporadas as gratificações ao salário, que hoje totaliza, no caso do professor de nível médio, 270 reais - sendo 193 de salário base e o restante de gratificação. Além disso, o movimento está pleiteando, também, o estabelecimento de um piso salarial de mil reais. Exige também que sejam resolvidos os problemas de superlotação nas salas de aula e irregularidade com a merenda".

A prefeita já apresentou alguma proposta?

Diz: "Ofereceu uma contra-proposta de 15% de aumento sobre o salário base. A comissão levou para a assembleia geral da categoria que a rejeitou".

Qual tem sido a reação dos pais e alunos?

Coloca da seguinte forma: "O comando de greve está formando equipes para visitar escolas e fazer reuniões com alunos e seus pais. O movimento também contempla questões que dizem res-

peito às famílias, como o problema da merenda. Está faltando e, quando chega, deixa a desejar tanto em quantidade quanto em qualidade". O apoio que a greve vem recebendo é muito grande. Em nossa última assembleia tivemos a presença de pais que vieram do interior, como de Muriú e Gravatá".

Sobre as medidas punitivas tomadas pela prefeita

A prefeitura divulgou um nota no Jornal ("Mensagem aos pais e alunos das escolas municipais") considerando "injusto e desnecessário o movimento dos professores". Lamentou a falta de dinheiro da prefeitura e responsabilizou o governo anterior. Disse que mil reais de piso está muito longe da realidade financeira do município. Avisa que irá cortar o pagamento dos grevistas. Suspende as negociações e chama os professores para retornarem ao trabalho.

Diante das ameaças: diz o militante grevista: "A repressão deve ser respondida com a continuidade e fortalecimento da luta.

### **Rondônia**

## **Lutar contra a reforma privatizante do ensino significa derrotar os planos antinacionais e antipopulares de FHC/Bianco/Camurça**

Os governos vêm impondo a destruição das escolas públicas. Da mesma forma que privatiza as estatais, reduz os já mínguaos investimentos nos serviços públicos, descarrega o peso da crise econômica sobre as massas trabalhadoras (a exemplo do aumento das tarifas), privilegia as multinacionais e o grande capital, FHC implanta as medidas privatistas para a educação. Não é por acaso que os problemas enfrentados pelos estudantes e trabalhadores da educação

não são particulares. Fazem parte desse conjunto de medidas denominadas de neoliberais. Trata-se de diretrizes imperialistas que são aplicadas nos países semicoloniais. Isso mostra que para quebrar a ofensiva dos governos é preciso organizar a resistência coletiva dos oprimidos.

### **Avança a destruição do ensino superior gratuito**

A reforma governamental do ensino

fez com que o Brasil ocupasse o 7.º lugar do mundo em privatização no nível superior. A maioria dos estudantes de graduação estuda nas universidades/faculdades privadas. O governo seguiu as determinações do Banco Mundial e Bird que dizem: "o modelo antigo, de financiamento público para poucos, é centrado numa elite e não serve aos interesses do país no século XXI". Assim, deu todas as condições para a expansão da rede privada em detrimento da



pública. Propagandeou o argumento imperialista de que o ensino superior gratuito só atende os ricos. Quando na verdade é que os filhos dos trabalhadores não têm acesso devido aos vestibulares. Esses selecionam somente os ricos, que têm o privilégio de só estudar, de memorizar infinitas fórmulas e de possuir uma vasta cultura livresca.

As medidas de cortes de verbas às universidades públicas estão acompanhadas de cobrança de taxas e de obtenção de outras fontes de recurso. As parcerias com empresas para financiar os projetos de pesquisa são constantes. O que significa um caminho de privatização.

Como se vê, essa reforma do ensino superior é um ataque à reivindicação democrática de acesso livre a todos que queiram estudar. A defesa da expropriação da rede privada de ensino se coloca como parte da luta pelo ensino único (único sistema estatal), sob o controle dos estudantes e trabalhadores.

### **Crescem as ações privatistas no ensino médio**

A reforma do ensino médio impôs a diminuição de carga/horária de disciplinas como matemática e pretende extinguir outras como Artes e Literatura. Os argumentos governamentais são de que os conteúdos devem ser interdisciplinares. Apóia-se nas receitas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para eliminar ou reduzir o número de aulas de algumas disciplinas.

Os resultados são visíveis: 1) desemprego para professores e funcionários de escola; 2) aumento da exploração do trabalho (para aqueles que ficam com as salas superlotadas); 3) alunos sem escolas; 4) péssimas condições de ensino.

Para ir mais a fundo na privatização, o Plano Nacional de Educação (aprovação em janeiro de 2001) determina a criação de mecanismos para incentivar a participação da comunidade escolar na manutenção das escolas. E, no prazo de 5 anos, a reformulação total do currículo, impondo as "áreas de conhecimento" (eliminação de disciplinas) e as parcerias (parte diversificada do currículo).

Trata-se de uma reforma para o Estado se desfazer de parte do ensino médio. A comunidade, envolvendo pais e alunos, assumem a responsabilidade de procurar recursos para manter o ensino médio.

Os trabalhadores e estudantes devem se organizar num só movimento

contra o desmonte do ensino médio. As reivindicações de abertura de escolas, redução do número de alunos por sala de aula, nenhuma extinção de disciplinas e de corte de carga/horária devem ser parte da luta contra o conjunto de medidas privatistas do governo.

### **A municipalização do ensino fundamental**

O governo criou o Fundef para pressionar os prefeitos a assumirem o ensino fundamental. O argumento falacioso do governo de que era preciso cortar recursos do ensino superior para investir mais no fundamental se evidenciou em pouco tempo. Nenhum centavo a mais foi colocado na educação em nenhum dos níveis de ensino. Ao contrário, os poucos recursos foram surrupiados. Basta que verifiquemos as inúmeras denúncias de roubo do dinheiro do Fundef. Inventaram a fórmula do custo-aluno, determinaram um valor miserável de R\$300,00 (1997) e, nesses anos todos só chegou até R\$363,00 (1 a 4) e R\$381,00 (5 a 8), quando a arrecadação de impostos cresceu. Só com esse mecanismo, o governo desviou R\$8.151.826.304,00, que foram para os bolsos dos politíqueiros corruptos, das empresas fantasmas e dos empresários. Sem dizer que, quanto mais baixo o custo-aluno menos os estados recorrem à complementação de recursos da União.

As matrículas no ensino fundamental cresceram, os salários ficaram arrojados e submetidos ao mecanismo do custo-aluno e as escolas mais pobres porque o dinheiro sumiu. Está aí porque a luta contra a municipalização se soma ao conjunto da reforma privatista do ensino.

### **Avaliação, arrocho salarial e superexploração do trabalho**

A reforma educacional do governo se apóia na avaliação de desempenho dos alunos e trabalhadores da educação. Também na manutenção do arrocho e aumento da exploração do trabalho. As conseqüências têm sido drásticas:

Cresceu o número de educadores com problemas de saúde. Os salários baixos obrigam a três jornadas de trabalho (manhã, tarde e noite). As salas superlotadas estafam os professores e provocam conflitos em sala de aula. A exigência de conclusão do nível superior, determina que uma parte dos professores recorra às faculdades privadas no período noturno. Gastam o dinheiro e energia (saúde).

Com isso, em Rondônia, já faleceram vários professores na faixa etária de 28 a 40 anos;

A avaliação de desempenho causa terror numa parcela de educadores, porque significa a possibilidade do desemprego. Isso tem levado a não faltar (mesmo doente) e a ensinar da forma como o governo exige, os chamados "projetos pedagógicos". O que nada tem a ver com a realidade.

Eis aí porque a luta dos trabalhadores da educação é a mesma da dos alunos e do conjunto dos explorados. Trata-se do combate à reforma como um todo. Por isso, as reivindicações de redução da jornada, reajustes automáticos (escala móvel dos reajustes), piso salarial de R\$2000,00 para manter as necessidades vitais, acesso às universidades gratuitas para complementar os estudos (como parte da jornada de trabalho) e autonomia integral de ensino devem fazer parte do plano de luta das massas oprimidas.

### **Rechaçar a política de conciliação de classe das direções sindicais e estudantis Constituir as frações revolucionárias**

Os organismos dos trabalhadores em educação e estudantes se encontram nas mãos de direções burocráticas. Não se opõem integralmente à reforma privatista da educação. Ao contrário, apresentam medidas "alternativas", a exemplo do Plano Nacional da Sociedade Civil", para se contraporem no Parlamento às do governo. Não preparam a resistência coletiva dos explorados. Iludem com a falsa idéia de que um governo democrático e popular poderá colocar a educação a serviço dos trabalhadores. Combatem o salário mínimo vital e o método da ação direta. Opostamente, são os defensores do eleitoralismo e das pressões distracionistas no Parlamento.

Os educadores e estudantes estão vendo que esse caminho não tem quebrado a ofensiva do governo. A escola pública está sendo destruída juntamente com as condições de ensino e trabalho.

Por isso, é preciso rejeitar essa via conciliadora. A formação dos comitês de base com pais, alunos e professores. A constituição da fração revolucionária no movimento estudantil e dos educadores são decisivos para o rechaço à política das direções. É o instrumento para avançar o plano de luta em defesa das reivindicações dos trabalhadores da educação e estudantes e da escola única, pública, laica, autônoma e vinculada à produção social.

**Manifesto ao 47º Congresso da UNE**

# É necessário que a UNE aprove a estratégia revolucionária

A bancarrota do governo da aliança PSDB/PMDB/PFL, os três partidos mais representativos da burguesia, expressa a desintegração do capitalismo semicolonial sob o impacto da crise mundial. Na história política do Brasil, nunca houve uma unidade tão ampla dos partidos da classe dominante. Esse fenômeno ocorreu sob a pressão da decomposição econômica e da diretriz traçada pelas potências imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos. Objetivava superar os impasses dos planos implantados pelos governos anteriores e abrir uma etapa de estabilidade.

Em pouco tempo, a aliança burguesa mergulhou na mais profunda instabilidade. A aplicação das medidas econômico-financeiras ditadas pelo imperialismo colocou o Brasil numa posição muito mais difícil, abrindo caminho para o saque das multinacionais, intensificando o parasitismo financeiro, aumentando a desnacionalização e ampliando os desequilíbrios.

Os elementos para a retomada da crise econômica sobre um patamar mais elevado estão plenamente ativos. É o que indicam as tendências recessivas, aumento do endividamento interno e externo, a falência orçamentária da União, a desvalorização do Real, o impasse cambial e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores.

Com a orientação pró-imperialista, a aliança governamental atacou agressivamente as condições de existência da maioria oprimida, em que ressalta o esmagamento salarial e o agigantamento do desemprego. Frente a tudo isso, os três maiores partidos do capital não apresentam um caminho alternativo ao traçado pelo imperialismo. A submissão da burguesia brasileira, ainda que com divergências internas, à implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), sobre o cadáver do Mercosul, demonstra a impossibilidade dos partidos reagirem conseqüentemente às tendências da crise mundial e à ofensiva saqueadora das potências.

Somente a classe operária, unida aos camponeses e demais trabalhadores pobres, poderá se contrapor à estratégia do imperialismo e ao servilismo da burguesia nacional com um programa antiimperialista e anticapitalista. Está colocada pela situação a necessidade do proletariado tomar a

frente da iniciativa política e defender a estratégia revolucionária. Partindo de suas necessidades básicas, rechaçar o programa do imperialismo e defender as soluções que impulsionem as forças produtivas e permitam a erradicação do desemprego e da miséria.

Traça-se de pôr em pé uma frente única antiimperialista, que unifique a maioria explorada em torno das reivindicações e da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O movimento estudantil não tem como impor à burguesia suas necessidades se não abraçar as tarefas democráticas e revolucionárias colocadas pela situação de desintegração do capitalismo e pelo choque entre o trabalho coletivo contra a propriedade privada dos meios de produção, encarnado pelo proletariado.

O Congresso da UNE tem o dever de ir às raízes dos grandes problemas e colocar-se pela unidade das massas estudantis oprimidas com o proletariado. Isso se dará sob a aliança operário-camponesa. O que quer dizer que o movimento estudantil tem de colocar-se por essa aliança revolucionária e pela organização da frente única antiimperialista..

## **Rechaçar a estratégia eleitoral-reformista do PT/PCdoB e aliados**

Em meio à crise econômica e política, o reformismo petista e o nacionalismo estalinista do PCdoB atuam com a estratégia eleitoral de constituir um governo que mantém os explorados submetidos à democracia burguesa. Alimentam as ilusões democráticas favoráveis à sustentação do capitalismo. A confiança no Estado burguês para solucionar a desintegração econômica, rebater os ataques do imperialismo e favorecer os trabalhadores conduz à política de conciliação de classe. Por esse caminho, os trabalhadores não podem tomar em suas mãos a luta antiimperialista e anticapitalista. Toda a iniciativa continuará nas mãos dos grandes partidos que hoje ainda compõem a aliança governamental.

Justamente a tarefa fundamental está em ganhar independência frente a todo aparato da burguesia, através do qual esta

mantém seu poder e exerce sua ditadura de classe contra a maioria faminta.

O reformismo pressupõe a possibilidade da classe burguesa, e, portanto, de seu Estado controlar a economia em detrimento do grande capital imperialista e colocá-la a serviço da população trabalhadora. O nacionalismo estalinista constitui uma variante desse pressuposto burguês reformista.

Não é por outra razão que tais direções procuram bloquear a luta direta das massas contra o Estado e seu parlamento apodrecido. Diante da corrupção orgânica, fazem das CPIs o centro de suas atividades; das reformas neoliberais, limitam a protestos inócuos de pressão sobre o Congresso; das chacinas sobre os camponeses, a choramingar justiça por parte do governo algoz etc. Agem ao oposto das tendências de luta independente dos trabalhadores.

Se o movimento estudantil permanecer dominado por essa política, que tem monopolizado os congressos da UNE, está fadado a não cumprir seu lugar progressivo na resistência antiimperialista e no movimento de derrocada da burguesia. É necessário, portanto, rejeitar as manobras eleitoreiras e a estratégia de um governo dito de esquerda adaptado ao Estado capitalista.

O movimento estudantil deve assimilar a estratégia do governo operário e camponês. Sob esse objetivo revolucionário, potencializar o movimento social levantando as reivindicações que unificam o conjunto dos explorados.

**Ensino público, gratuito, laico vinculado à produção social. Defender o ensino público e gratuito para todos, laico, único e vinculado à produção social. Combater os exploradores da educação, expropriando-os Unir o movimento estudantil à classe operária em sua luta revolucionária**

O ensino público e gratuito em todos os níveis é um direito democrático elementar, que a burguesia não pode mais assegurar na fase de desintegração mundial do capitalismo. Ao contrário, tem de destruí-lo em benefício dos parasitas do orçamento público e dos exploradores da educação pelo ensino pago. O governo tem realizado uma ofensiva contra o ensino público gratuito para fa-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**



vorecer o crescimento do ensino pago, que transforma a educação em mercadoria que poucos podem adquirir. Os vestibulares são máquinas de exclusão dos estudantes ao direito elementar do ensino gratuito e atendem a interesses de outros bandos capitalistas, os donos de cursinhos pré-vestibulares. A educação vai sendo cada vez mais sucateada e piorada. O ensino é separado da prática social e torna-se decorativo e diletante. A separação entre teoria e prática é própria do capitalismo e não pode acabar sem sua superação revolucionária.

A defesa do ensino para todos depende da expropriação das faculdades priva-

das, sob controle da comunidade universitária. O fim do ensino pago permitirá acabar com os vestibulares e garantir o livre acesso de todos ao ensino superior. A existência do ensino único (somente público) acabará com a mercantilização da educação. O fim da influência retrógrada das igrejas sobre o ensino ajudará a libertar o aluno e o professor. A luta pelo fim da separação entre a teoria e a prática social dará à educação um caráter completo, estimulante e ativo. A luta democrática dos estudantes pelas reivindicações leva ao confronto contra o estado burguês e os capitalistas. Assim,

depende para sua realização da aliança com a classe operária, que é oposta à exploração capitalista e liderança revolucionária, pelo seu papel vinculado à produção social. O movimento estudantil, de natureza democrática, tem de abraçar a luta socialista ao lado do proletariado para conseguir ver atendidas as suas reivindicações.

Por isso, é fundamental que o movimento estudantil apóie a luta dos camponeses pela terra, dos operários e trabalhadores e dos movimentos populares. E se coloque pela estratégia da revolução proletária e pelo internacionalismo.

## Judiciários/SP

# TJ aprofunda ataques aos trabalhadores

No final do mês de abril, a cúpula do TJ de São Paulo anunciou que havia elaborado um projeto de lei chamado "plano de reestruturação de cargos e salários" para ser implementado na categoria. Em linhas gerais o plano não difere em nada dos planos que já estão sendo aplicados em outros setores do funcionalismo público, ou seja, seu objetivo é reduzir salários, acabar com benefícios, demitir e aumentar a sobrecarga de serviço para cortar gastos com a folha de pagamento e assim poder cumprir as metas neoliberais do governo FHC/FMI. O projeto se resume em quatro pontos principais: 1) **remanejamento**: o remanejamento forçado de trabalhadores, que já está sendo colocado em prática pelo TJ e objetiva aumentar a sobrecarga de serviço dos funcionários, obrigando-os a trabalhar até a exaustão, de forma a evitar a contratação de novos concursados; 2) **anuênio por assiduidade**: a implantação desta medida significa que os trabalhadores não poderão ultrapassar o limite de 6(seis) faltas de qualquer espécie durante o ano nem ter faltas disciplinares para poder conseguir um reajuste de 1% sobre o salário base a cada ano; 3) **salários**: acaba com várias gratificações, ajuda de custo, etc. e cria um salário base fixo acompanhado de uma gratificação única, móvel, ou seja, que pode ser cortada ou tirada, dependendo do orçamento que estará submetido à Lei da Reforma Fiscal (LRF); 4) **cargos comissionados e cargos em geral**: divide a categoria em dois níveis, sendo que para os comissionados estão previstas uma série de rega-

lias negadas ao segundo nível, como gratificações de representação, salários e gratificações maiores, reajustes diferenciados, etc. de forma a fazer com que os "comissionados" sejam os capatazes do tribunal na implantação do plano.

Porém, antes de enviar o projeto para ser aprovado no parlamento o TJ chamou as principais associações existentes na categoria para que as mesmas apresentassem emendas ou contribuições ao projeto, bem como para que elas se encarregassem de divulgar o projeto aos trabalhadores com sendo algo que virá para beneficiá-los.

### O Papel traidor das associações

O chamado feito pelo Tribunal foi atendido prontamente e as Associações passaram a enviar suas contribuições e emendas ao APL, ao mesmo tempo que passaram a soltar boatos e mentiras junto aos trabalhadores. A associação dos escrivães passou a distribuir um manifesto no qual defendia o imediato envio do projeto para ser aprovado e que a apresentação de emendas só atrasaria sua aplicação. O mesmo manifesto dizia ainda que o projeto daria aumento de 24%, para os trabalhadores, indistintamente, quando na verdade o projeto prevê esse aumento apenas para os diretores e escrivães, ou seja, para os "comissionados". Outras associações apresentaram suas contribuições e passaram a divulgar que o projeto é uma "revalorização dos servidores". A associação dos oficiais de justiça ao mesmo tempo que apresentava suas contribui-

ções ao plano teve que chamar uma assembléia, isto em função da grande pressão que sofreu das bases, pois a classe dos oficiais de justiça será uma das mais atingidas com as medidas do projeto. Deliberadamente mal convocada e sem nenhum eixo de combate ao plano, a assembléia foi bastante esvaziada e compareceu mais como uma válvula de escape para o descontentamento da classe. Não se apresentou nenhuma proposta de luta, mas apenas de ida ao parlamento burguês para acompanhar a tramitação do projeto. A única proposta de fato apresentada e que se diferenciou da linha oportunista e distracionista foi a formação de uma comissão de trabalhadores, que teria a tarefa de organizar a categoria e definir os rumos da luta. Proposta essa defendida por trabalhadores da base e pela Corrente Proletária. A comissão se formou e está se reunindo precariamente, prevalecendo o confucionismo, principalmente devido à falta de formação política. Apesar disso essa comissão tem avançado em suas posições e tem expressado a necessidade de se combater os ataques do tribunal e tende a se chocar com a política traidora das associações. Nesse sentido, entendemos que a comissão precisa rechaçar a política de conciliação de classe e de ilusões no parlamento burguês, se colocando abertamente pela ação direta (greves, manifestações, bloqueios, etc.). Portanto, é preciso organizar a greve geral da categoria, visando a unificação com o conjunto do funcionalismo público para por abaixo a política de fome e miséria do TJ/FHC/FMI.

## O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora iniciados no *Massas* n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir (77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Aqui nesta parte é colocado como se deve preparar a militância para as polêmicas.

### Manual do Organizador

#### Incorporação Massiva de Militantes (V)

A direção do partido constatou e provou que a influência do POR como fator importante no processo cultural boliviano cresceu ultimamente. São os escritores e jornalistas burgueses os que testemunham este fato que tem muita importância para a vida e para o trabalho de um partido. Já dissemos que todos discutem sobre o que disse e fez o POR e somente nós trotskistas estamos ausentes da polêmica, como se não nos interessasse.

Neste terreno, não há trabalho das células, o que não tem nos permitido aglutinar militância, na mesma proporção em que se agigantou nossa influência.

A militância porista não está constituída pela maioria da população boliviana, é minoritária, mas realiza uma atividade coletiva, buscando acelerar uma finalidade única (acelerar seu crescimento), é claro que se potencializará enormemente e poderá influenciar todo o país. É isso que se espera quando se sugere que o partido se converta em debate-

dor das polêmicas que estão se desenvolvendo.

A militância não aproveita, dentro desta perspectiva, a grande quantidade de material político e teórico publicado pelo Partido e nem sequer a monumental "História do POR".

A direção nacional, alarmada por este estado de coisas, coloca a necessidade de que a militância faça parte ativa do debate travado. A reação observada até agora se encaixa na concepção errônea de que os militantes devem atuar fora das reuniões partidárias de forma individual e inclusive como lhes der na telha.

Pelo menos um Comitê Regional limitou-se a transcrever para as células a proposta do Comitê Central. Algum militante ousado opinou que as células digam se controlarão jornais, livros que falem do POR. Tudo acabou aí e a prática se encarregará de demonstrar que se está seguindo o melhor caminho para se converter em fumaça a sugestão do Comitê Central. O que deveria ter sido feito – e necessariamente precisa se fa-

zer – é o seguinte:

O Comitê Regional deveria começar a discutir os artigos que há algum tempo o "Masas" registra a este respeito. Assinalar o fundamental das teses dos intelectuais burgueses e do comentário ou refutação que fazem dela à direção partidária. A seguir deve se estudar a melhor forma de promover as discussões e comentários sobre estes aspectos, de participar nos debates públicos que motivam as publicações burguesas. Depois as células internamente devem procurar outros materiais que contenham referência às atividades e pensamentos poristas, e, seguindo o exemplo do "Masas", elaborar comentários e refutações para que sejam incluídas na imprensa partidária.

As células deveriam reproduzir este trabalho não de forma mecânica, mas criadora, trazendo todas as colaborações sobre o caso para o debate. Novamente se trata de ensinar a militância a trabalhar coletivamente fora das reuniões partidárias

## “Que Fazer?”

Continuamos com as memórias de Nadesca Krupskaya, contidas no livro "Minha vida com Lenin". O título acima é dado por nós.

De volta a Munique, Vladimir Ilich terminou seu "Que Fazer?". Mais tarde os mencheviques atacaram violentamente este trabalho, mas nessa época teve grande influência sobre todo o mundo, e sobretudo entre os que estavam em relação com o trabalho russo. Esse folheto proclama a necessidade de uma organização; no projeto exposto cada um tinha um lugar e cada um, por pequeno que fosse esse lugar, contribuía com o bom funcionamento da máquina revolucionária. O folheto era um chamado ao trabalho; era preciso colocar o partido sobre bases sólidas para que pudesse desenvolver-se de fato e não em palavras. Nunca um social-democrata teve medo de uma tarefa grande; é preciso trabalhar, trabalhar, não retroceder diante de nenhum trabalho para manter a potência e a coesão do partido no momento em que a atividade revolucionária está

violentamente perseguida; é preciso fazer nascer, crescer e estabelecer o levantamento armado da massa inteira, escrevia Vladimir Ilich em "Que Fazer?".

Trinta anos se passaram desde o dia em que esse folheto foi escrito, e, que trinta anos! O partido não trabalhava já nas mesmas condições, não tem as mesmas tarefas de cumprir, mas o ardor revolucionário que emana desse folheto permanece para quem deseja ser leninista, de fato, e não somente na teoria.

Vladimir Ilich se interessou enormemente com a influência de "Que Fazer?" sobre os operários. Assim, em 16 de junho de 1902 escrevia a Iván Ivanovich Radchenko: "O que você nos diz de suas conversas com os operários nos agrada. São raras as cartas que nos dão verdadeiramente valentia. Gostaria de saber o que pensam os operários de "Que Fazer?" Entretanto, não sei.

## **Lições das Obras Completas de Guillermo Lora (4ª parte)**

Esta é a quarta e última parte de um texto escrito em 1994, onde Guillermo Lora expõem as razões de por que publicar as Obras Completas e que começamos a publicar no "Massas" n.º 212. Neste trecho, expõem-se as perspectivas do partido-programa.

### **Para onde caminha atualmente o Partido Operário Revolucionário?**

O POR atravessou épocas revolucionárias e também épocas reacionárias, o que explica que apareça ao longo da história como o eixo central da luta política, com muita popularidade e quase totalmente isolado, difundindo seu programa e suas idéias, sem ser escutado. Nós trotskistas bolivianos sabemos por experiência própria o que é nadar a favor e contra a corrente. A existência de uma clara finalidade estratégica, em fim do programa, permitiu que os poristas ensinassem como ultrapassar os períodos reacionários sem claudicar perante o oportunismo e o reformismo, caminhos que levam à trincheira da classe dominante. Sabemos que devemos, nas etapas reacionárias, continuar trabalhando politicamente, em meio da impopularidade, para plantar, ante a indiferença de todos, a bandeira revolucionária, que se converterá na referência política quando se der o ascenso revolucionário das massas.

A radicalização das massas eleva ao POR à crista da onda revolucionária, as massas atrevidamente se sol-

dam com sua direção política. Isto nós ensina a história do Partido. Nas situações revolucionárias dá-se uma forte tendência ao fortalecimento partidário e que quase sempre se choca com as correntes conservadoras em matéria organizativa, que muitas vezes se traduzem em crises internas. A experiência vivida ensina que quase sempre sob as diferenças organizativas se escondem divergências programáticas. Os trotskistas bolivianos sabem que também as cisões são o caminho que conduz à construção e fortalecimento partidários. O programa (o atual é o quarto fruto, no constante esforço para que o partido se supere teórica e politicamente) constitui o eixo que permite viver e superar este processo de aproximação da conquista do poder e fortalecimento do Partido.

Na atualidade, voltamos a viver uma situação revolucionária que tende a se aprofundar e transformar-se em insurrecional (falamos somente de uma tendência). Será o correto trabalho partidário em todos os aspectos o que poderá transformar em realidade

a possibilidade. Isto explica por que agora o POR volta a se converter no pólo da política revolucionária que se confronta com a burguesia/imperialismo e o governo destes. No futuro imediato, os trotskistas jogarão o papel de dirigentes das massas contra o capitalismo putrefato. A vitória ou a derrota das massas será responsabilidade do POR, que volta a assinalar o caminho para a vitória. Para conquistar a vitória, o fortalecimento político deve ser acompanhado do fortalecimento organizativo, que neste momento se concretiza como firme penetração no seio das massas.

Os materiais que aparecem no primeiro tomo das Obras Completas e que serão incluídos nos outros tomos ajudarão a compreender todo o rico processo que se viveu e vive até agora e a projeção futura da política porista, inseparável da evolução das massas e da própria história da Bolívia. Nestes entregamos ao leitor documentos que permitem compreender as leis da história do país e servir como material para sua superação política e histórica.

### **Disciplina partidária**

A disciplina revolucionária é um dos traços distintivos do partido marxista-leninista-trotskyista. Expressa a ação e organização do partido em torno do objetivo estratégico da revolução e ditaduras proletárias.

Somente o trabalho no seio da classe operária e demais oprimidos com o programa pode forjar um partido disciplinado, coeso na luta de classe.

A militância que vem da pequena burguesia tem de romper seus laços de origem, seus hábitos e falta de independência; os operários devem se elevar na teoria marxista e criá-la no fogo da luta de classe. Todos devem se tornar militantes profissionais, cujo objetivo da

existência é a revolução social.

O individualismo, os dramas subjetivos, o personalismo, a subserviência, o jogo de interesses mesquinhos, as intrigas, a negligência, a superficialidade etc são incompatíveis com o trabalho coletivo, com os deveres partidários.

A militância leninista se caracteriza por trabalhar no seio dos explorados, por servir de instrumento da luta coletiva e criadora das massas. Identifica-se completamente com a vida dos oprimidos, assim podendo conhecer e interpretar com o programa seu movimento instintivo em direção ao comunismo.

Se a militância não alcança a disciplina coletiva, se seu trabalho partidário

não está de acordo com o programa, se sua conduta não responde às tarefas colocadas pela situação, então deforma o partido, impossibilita que este penetre mais fundo na vida dos oprimidos e afasta-o do seio das massas.

A luta pela militância profissional deve ser constante. A crítica e autocrítica são os principais instrumentos para se alcançar coesão coletiva e varrer o individualismo pequeno-burguês, que inevitavelmente penetra nas fileiras do partido e que se não for combatido com método do trabalho no seio da classe operária acabará por liquidar o programa.

# História do Movimento Operário no Brasil (parte 12)

## GOLPE MILITAR DE 1964: A IDEOLOGIA NACIONALISTA E O ATRELAMENTO DAS DIREÇÕES DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO.

### **Panorama da sociedade brasileira na década de 60**

A década de 60, no Brasil, é marcada pelo avanço do movimento operário, camponês, estudantil e popular. O que levou a burguesia a reagir.

O avanço destes movimentos, sobretudo os de trabalhadores, se explica por um aumento geral na concentração das mesmas em setores econômicos como a indústria, comércio e serviços. Neste período a população urbana saltava para 46%, indicando a aceleração no processo de industrialização e crescimento do proletariado.

Em relação a períodos anteriores em que a população rural era a esmagadora maioria, esse fenômeno traria um novo período político, marcado tanto pela organização do movimento camponês quanto proletário. A luta de classe ganhava novo patamar.

### **Organização das forças políticas na década de 60**

Neste período, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), fundada em 1962, aglutinava a maioria dos operários do país. As Ligas Camponesas aglutinavam os pequenos camponeses arruinados, através da liderança do deputado "socialista" Francisco Julião. No campo ainda havia o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MASTER), que possuía 100 mil associados, que era apoiado por Leonel Brizola (PTB). Crescia também a UNE, que representava os estudantes universitários, ou seja, uma parcela da classe média.

Os partidos políticos buscavam penetrar nestes movimentos para difun-

dir a idéia de que o Brasil poderia se desenvolver de maneira independente, sem estar atrelado ao capital estrangeiro. Assim, tanto o Partido Comunista Brasileiro (PCB), de linha estalinista, e dito de "esquerda", como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Leonel Brizola, Miguel Arraes e Almino Afonso, de linha reformista, procuravam propagar o ideal nacionalista de algumas frações da burguesia nacional no seio do movimento operário e demais movimentos do período. Neste sentido, a disposição de luta destes movimentos foi canalizada para a realização de medidas desenvolvimentistas a serem tomadas pelo Estado burguês e que eram defendidas pelo Partido Social Democrático (PSD), que representava a burguesia nacional, como os industriais nacionais, a burocracia etc., e era herdeiro da máquina política de Getúlio Vargas. Representando os interesses da burguesia internacional no País, estava a União Democrática Nacional (UDN), que aglutinava a burguesia financeira, a burguesia industrial pró-capital estrangeiro, representantes das empresas internacionais e parcela da classe média.

### **O Ideário Nacionalista da década se 60**

Logo após a guerra imperialista, no início da década de 50 o Brasil passa a ter uma expansão econômica com a produção de manufaturas e produtos industrializados que antes eram importados. Esta fase de desenvolvimento ficou conhecida como de "substituição de importações" e carregava a idéia infantil de um desenvolvimento capitalista sem a participação do capital

estrangeiro (que é bem verdade estava mais preocupado neste período com a reconstrução da Europa). Para que esse desenvolvimento fosse alcançado, o país deveria se amparar no setor do empresariado de caráter "progressista" e "patriótico".

Essa ideologia foi elaborada e difundida por parte da intelectualidade brasileira concentrada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado pelo Ministério da Educação do governo de Juscelino). Defendia que para o desenvolvimento do Brasil beneficiava igualmente todas as classes sociais, inclusive a classe operária.

Mas o que se procurou escamotear foi que este projeto de crescimento econômico autônomo só iria beneficiar apenas uma classe social: a burguesia nacional, exploradora e que os operários não iriam participar da divisão dos benefícios que esta política econômica pudesse gerar. Outra farsa a que estava sujeita a classe operária era a de que o Estado, em conjunto com a burguesia nacional, é quem deveria patrocinar e conduzir este projeto de "emancipação nacional" do jugo do capital estrangeiro e que cabia à classe operária, juntamente com outros setores oprimidos dar sua colaboração a este projeto.

As lideranças do movimento operário, camponês encarnando o reformismo e o estalinismo atenderam a este chamado "patriótico" e se colocaram à disposição da burguesia nacional e do Estado burguês para difundir e efetivar este projeto. A CGT, que neste período contava com 586 sindicatos associados e que eram em sua maioria dirigidos pelo PCB; conclamou os operários para realizarem inúmeras greves e manifes-

tações de apoio aos representantes da burguesia nacional no poder. Em 1961, organizou a "Greve da Legalidade" em apoio à posse de João Goulart; em junho 1962 organizou uma greve de protesto contra o Parlamento burguês ter indicado como primeiro-ministro Auro de Moura Andrade no lugar de San Thiago Dantas (indicado por Goulart). Em setembro do mesmo ano, junto com entidades estudantis e as ligas camponesas, convocou outra greve para forçar a antecipação do plebiscito que poria fim ao parlamentarismo. No fundamental as direções renunciavam a luta pelo poder e iludiam os trabalha-

dores com a idéia de que o governo nacionalista era o seu governo.

Mesmo assim, a disposição de luta dos operários e demais trabalhadores oprimidos do campo e da cidade, apesar de haver ampliado suas ilusões de participação política pela via eleitoral, passaram a radicalizar as lutas por melhores condições de vida, demonstrando os conflitos de classe que haviam no seio da sociedade brasileira. Conflito que a esquerda nacionalista fez questão de não ver. Esta atitude dos movimentos colocava em xeque as lideranças sindicais e partidárias, que não viam com bons olhos esta insubordinação

das classes oprimidas. Neste fase aguda de radicalização, a classe dominantes como um todo, dos "arcaicos" latifundiários à "moderna" burguesia industrial, tanto "nacional" como associada ao capital estrangeiro, apoiaram o golpe contra a classe operária e camponesa. Todo o peso do aparato repressivo do Estado é posto contra estas classes. Portanto, esta fase da história do movimento operário brasileiro se configura em uma ditadura de classe aberta. Da classe dominante (nacionalista ou pró-imperialista) contra a classe operária e camponesa, que novamente foram traídas por suas direções.

## Ofensiva militarista norte-americana

A propaganda de pacifismo divulgada pelo imperialismo sempre serviu para mascarar seu militarismo mundial. Não há como o capitalismo sobreviver sem que haja conflitos bélicos e intervencionismos das potências contra as semicolônias.

Por detrás da indústria mortífera e das guerras, está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção; entre o trabalho social (coletivo) e a propriedade capitalista na forma de monopólio. O capital concentrado e parasitário força os Estados imperialistas a alimentarem a produção armamentista. Por esse meio, destrói-se forças produtivas acumuladas.

Nesse momento, o governo Bush passa por cima do Tratado Antímísseis Balístico (ABM), contraído com a ex-União Soviética, em 1972, e implanta o projeto "Guerra nas Estrelas", um sistema de defesa que dá aos Estados Unidos segurança para realizar ataques em qualquer parte do mundo. Em nome da proteção contra o Iraque, Irã e mais disfarçadamente contra a China, o imperialismo da América do Norte prepara-se para a crise mais violenta do capitalismo que acena no horizonte. Necessita ampliar sua hegemonia militar sobre o globo terrestre para continuar a dominar a economia mundial e a sustentar o capitalismo em meio à barbárie.

Rússia, China, Japão, Europa imperialista, todos devem estar a seus pés, sem ousar desafiá-lo nas condições de esgotamento do mercado mundial e no acirramento da guerra comercial. O objetivo do imperialismo é o de poder atuar sobre as fronteiras nacionais, quebrando toda resistência e se necessário pela via do intervencionismo militar.

As divergências na cúpula burguesa mundial sobre o escudo protetor quando muito poderão retardar sua implantação, como ocorreu até agora com o projeto criado no governo Reagan. Mas tudo indica que ganhou prioridade na administração dos republicanos.

A ofensiva militarista está em pleno vigor, independente do escudo. Tal projeto é uma peça estratégica nesse movimen-

to do capital imperialista. Faz-nos ver os riscos da humanidade.

A classe social que pode brecá-lo é o proletariado mundial. Em cada país deve se levantar a bandeira antiimperialista contra o armamentismo burguês e defender o armamento popular para derrotar os capitalistas. Sem a luta de classe e a guerra civil contra a classe capitalista para se tomar o poder do Estado pelo proletariado, não se pode brecar a barbárie.

### Manifestação contra a visita de Bush e a reunião dos representantes da União Européia foi duramente reprimida

Milhares de manifestantes se reuniram em Gotemburgo (Suécia) contra a União Européia e aproveitaram a visita de George Bush para protestar também contra a política dos Estados Unidos. A reunião de cúpula da UE discutia a "integração" de mais 12 países pobres da Europa Oriental. Trata-se do controle econômico dos países dirigentes da UE sobre as demais nações oprimidas da Europa. Os imperialistas europeus exigem que as nações pobres se submetam às suas leis do comércio e mercado.

Na América, os Estados Unidos exigem que os países latino-americanos se submetam à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Na Europa, as potências capitalistas obrigam as nações a integrarem à União Européia. Essa é uma das medidas para a crise estrutural do capitalismo: aumentar a opressão nacional sobre as semicolônias.

Os manifestantes saíram às ruas. A polícia reprimiu violentamente. O choque causou vários feridos e presos. A democracia do governo sueco mostra suas garras. Há que fortalecer o movimento antiimperialista, tendo a classe operária como força motriz, o que ainda não está ocorrendo. Os trabalhadores do mundo inteiro devem condenar a violência reacionária da burguesia contra as manifestações antiimperialistas.

**Chile**

# Viva o levantamento dos indígenas Mapuche

A caçada a José Huenchunao é o verdadeiro rosto da política de extermínio do regime contra os mapuches.

Recentemente, em Concepcion, investigadores balearam quatro mapuches e os detiveram (Juan Liempi Marihuén, 47 anos; Abel Marihuén Huenpupil, 18; Hernán Albornoz Carilao, 27; Domingo Marihuén Marín, 37), anteriormente outros 4 foram feridos em Tírúa (próximo a Concepcion) quando evitavam a prisão de Humberto Marihuén (membro da comunidade de Tranicura).

A política repressiva oficial combina de um lado a perseguição aos principais líderes mapuches organizados na "Coordenadoria Arauco-Malleco" e de outro a tentativa de dar "apoio" financeiro a algumas comunidades procurando corromper e destruir os nexos políticos que de forma crescente se desenvolvem atualmente entre as cerca de mil comunidades mapuches, procurando assim com migalhas "premiar" as comunidades menos conflituosas.

Os principais líderes da Coordenadoria estão presos e o governo busca derrotar o movimento ocupando militarmente a região

Em fins de 2000, a força do movimen-

to mapuche se impõe rompendo o cerco. Este foi um dos momentos mais importantes deste levante. Os latifundiários da região cerram fileiras com a política do presidente Lagos para a região.

A principal reivindicação da Coordenadoria é a autonomia territorial e política.

Um dos homens que a partir da clandestinidade encabeça o movimento é José Huenchunao, ele revelou em uma entrevista telefônica ao Jornal "El Mostrador" a perspectiva autonomista da luta das comunidades. Afirmou: "a situação também nos favorece para que nossos vizinhos, a gente não mapuche, entenda melhor nossa luta, que não é contra os chilenos, mas contra os ricos que usurpam nossos direitos e contra as autoridades que são seus cúmplices".

Devemos lembrar o profundo papel que joga na atualidade o movimento mapuche na luta revolucionária. Devemos expressar nossa solidariedade com o povo mapuche em primeiro lugar multiplicando nossos esforços pelo agrupamento da vanguarda em torno da estratégia proletária. Solidarizar com o povo mapuche é combater o governo pró-imperialista e burguês de Lago. Isto

significa dar corpo a Frente Única Anti-imperialista, que sob o objetivo de conquistar um governo de ditadura proletária, agrupe o conjunto da maioria nacional explorada e oprimida.

O direito mapuche à autonomia, isto é de se organizar como Estado independente e a recuperar suas terras, é parte do programa proletário chileno. Mais ainda, somente a revolução proletária libertará a nação mapuche, enquanto subsista a exploração capitalista, enquanto a burguesia crioula continuar no poder servindo aos interesses do imperialismo, a libertação mapuche será inalcançável. Neste sentido, a libertação mapuche em nada compromete a integridade do Chile como nação, muito pelo contrário, será um dos sintomas da emancipação chilena da tutela imperialista a que nos submetem os patrões.

Hoje em dia isto começa pela imediata e incondicional libertação dos presos políticos mapuches, pelo fim de todas as medidas repressivas sobre as comunidades. Neste combate, se fará forjar a unidade dos explorados e o povo mapuche.

(extratos retirados do Jornal "Lucha Obrera" chileno, n.º 26 de 29/05/01)

## Resumo dos Volumes das Obras Completas de Guillermo Lora

### Volume I (1942-1947)

Este volume inicia com o processo de formação da célula porista em La Paz e da repercussão nacional que teve o desbaratamento pela polícia desta e a discussão sobre a necessidade da construção das estruturas clandestinas do Partido Revolucionário. Além disto, mostra a trajetória do estalinismo (com o nome de Partido da Esquerda Revolucionária - PIR) e seu envolvimento com a burguesia boliviana. Alguns textos importantes de Lora sobre a Revolução Proletária ("Consideração Teóricas sobre a Revolução Proletária"; "A ditadura do proletariado"; "Ataque e Defesa"; "Os Objetivos Democráticos Bur-

gueses e a Revolução Proletária"), sobre a questão universitária (Reforma Universitária, Introdução ao Programa da FUB, Manifesto da Liga Socialista Universitária), sobre o Congresso Mineiro de Pulacayo junto com as famosas Teses de Pulacayo, onde pela primeira vez se conseguiu aplicar o Programa de Transição à realidade nacional de um país e constituindo-se em um programa estratégico para a luta do proletariado inserido nas massas até os dias de hoje. Mostra também textos de como os Revolucionários utilizam o parlamento através da experiência do Bloco Mineiro.